

**ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta e oito minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados Marcio Fernandes e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados. *"Ata da Trigésima Segunda Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e vinte e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados João Henrique e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** - Lida e aprovada a Ata Trinta e Seis da Trigésima Primeira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 168.0.073.0072/2025, do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul; E-mail do Tranferegov.br; E-mails nºs 0167 e 0168/2025, da Caixa Econômica Federal; Ofícios nºs 25.380, 26.811, 26.843, 26.852, 26.860, 26.867, 26.881, 26.897, 26.901, 26.909, 26.913 e 27.131/2025, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 192/2025, da Prefeitura Municipal de Campo Grande; Ofício nº 711/2025, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Gestão Urbana e Desenvolvimento Econômico, Turístico e Sustentável de Campo Grande. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** - Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, João Henrique, Zeca do PT, Antonio Vaz, Paulo Duarte, Pedrossian Neto, Coronel David, Roberto Hashioka, Junior Mochi, Lídio Lopes, Professor Rinaldo, Lucas de Lima, Mara Caseiro e Gleice Jane. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Renato Câmara, Gleice Jane, Caravina, Paulo Corrêa, Lia Nogueira, Marcio Fernandes, Jamilson Name e Zé Teixeira. **GRANDE EXPEDIENTE** - Usou da palavra o deputado Pedro Kemp. **ORDEM DO DIA** - Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 12/2025, de autoria do deputado Caravina; Projeto de Lei nº 83/2025, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 146/2023, de autoria do deputado Junior Mochi; Projeto de Lei nº 236/2024, de autoria da deputada Mara Caseiro, em coautoria com os deputados Gleice Jane, Lia Nogueira, Pedrossian Neto e Professor Rinaldo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimentos de moção de pesar, de autoria do deputado Zeca do PT, endereçadas aos familiares de Eva Maria Granha de Carvalho e Cândido Alberto da Fonseca; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Paulo Duarte, endereçada aos familiares de Ademilce de Araújo; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Paulo Duarte, endereçada aos familiares de Jânio Batista Macedo;*

*requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Professor Rinaldo, endereçada aos policiais do Batalhão de Choque/Rotac/PMMS: primeiro-sargento Thiago Martinês Dias, cabo Jackelyne Albertina dos Santos Silva, cabo Waddington Santana Brito e soldado Felipe Lima Izidio dos Santos; indicações, de autoria dos deputados: Paulo Corrêa, Junior Mochi, Zé Teixeira, Zeca do PT, Mara Caseiro e Lia Nogueira. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Usou da palavra a deputada Gleice Jane. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e nove de abril do ano de dois mil e vinte e cinco." Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Professor Rinaldo - Podemos) — Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Marcio Fernandes, para leitura do expediente desta Sessão.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Marcio Fernandes - MDB) — Expediente da Sessão Ordinária do dia 30 de abril de 2025: Ofício nº 26.103/2025, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, respondendo à indicação do deputado Zeca do PT (Prot. nº 665/2025); Ofício nº 109/2025, do Poder Executivo, respondendo à moção de congratulação do deputado Paulo Corrêa (Prot. nº 1.163/2025); Ofício nº 110/2025, do Poder Executivo, respondendo à moção de congratulação do deputado Paulo Duarte (Prot. nº 1.092/2025); Ofícios nºs 24.615, 27.136 e 27.204/2025, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Lia Nogueira, Antonio Vaz, Neno Razuk, Mara Caseiro, Caravina, Zé Teixeira, Zeca do PT, Renato Câmara e Professor Rinaldo; Ofício nº 454/2025, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, respondendo ao requerimento do deputado Lucas de Lima (Prot. nº 00046/2025); E-mail, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Lucas de Lima (Prot. nº 3.236/2024); Ofício nº 201/2025, da Prefeitura Municipal de Dourados, respondendo ao requerimento da deputada Lia Nogueira (Prot. nº 865/2025); Ofício nº 126/2025, da Prefeitura Municipal de Jateí, respondendo ao requerimento da deputada Gleice Jane (Prot. nº 803/2025); Ofícios nºs 579 e 580/2025, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Coronel David e Pedro Kemp (Prot. nº 367/2025, Prot. nº 3.779/2024, Prot. nº 87/2025) . Foi lido o expediente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Bom dia, deputado Junior Mochi. Hoje, às 11 horas, vamos suspender a Sessão para recebermos o Ministério Público Federal. Vamos tratar do relatório da BR-163. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Senhor presidente, colegas parlamentares, servidores da Casa, TV e Rádio ALEMS, bom dia. Eu trago duas indicações. Indico à Mesa Diretora, nos termos do artigo 160, inciso VI, e artigo 176 do Regimento Interno, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul, senhor Washington Willeman de Souza, e ao diretor-presidente da Agência

Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal de Mato Grosso do Sul, senhor Daniel de Barbosa Ingold, solicitando a implantação de unidades da Agraer e da Iagro no distrito de Nova Casa Verde, no município de Nova Andradina. Os produtores locais têm relatado dificuldades para acessar serviços básicos de orientação técnica, emissão de documentos e apoio à agricultura familiar, em razão da distância da sede do município. Diante disso, solicitamos providências. Indico à Mesa Diretora, nos termos do artigo 160, inciso VI, e do artigo 176 do Regimento Interno, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, solicitando a construção de um posto da Polícia Militar no distrito de Nova Casa Verde, no município de Nova Andradina, visando atender à crescente demanda por segurança pública na região. Nova Casa Verde é um dos maiores distritos do estado, fica a 50 quilômetros do centro da cidade, à margem de uma rodovia importante, a BR-267. Recentemente, foi instalado lá um posto do Corpo de Bombeiros Militar. Agora uma agência do Detran está para ser instalada no distrito e hoje estamos solicitando a instalação do posto da Polícia Militar, para melhorar o atendimento. Nós estamos falando de um distrito que tem mais de 5.000 moradores. Então, a demanda é grande, e a distância do centro da cidade dificulta o atendimento. Este pedido foi encaminhado ao nosso gabinete pela classe política do distrito. Eu sou representante daquela cidade, tive uma votação expressiva em Nova Andradina. Portanto, tenho o compromisso de fazer esta interlocução, para que o Governo do Estado se faça ainda mais presente naquela localidade. Era o que eu tinha. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, eu venho apresentar uma moção de congratulação, e gostaria de pedir a Vossa Excelência que consultasse os pares sobre a possibilidade de transformarmos a moção em nome da Assembleia Legislativa... O homenageado é o padre Michael Carlos Andrejzwski, que, por diversas vezes, esteve nesta Casa, celebrando a Missa do Divino Espírito Santo. O Papa Francisco, antes de falecer, elevou o padre Michael à condição de capelão da Santa Sé. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao Ilustríssimo Monsenhor Michael Carlos Andrejzwski, por sua nomeação, no último dia 31 de março de 2025, pelo Papa Francisco, ao título de Capelão de Sua Santidade, honra que o eleva à dignidade de Monsenhor na Igreja Católica Apostólica Romana. Trata-se de uma das mais elevadas distinções honoríficas concedidas pela Santa Sé a sacerdotes que, por sua exemplar dedicação, tornam-se referência de fé, serviço e liderança espiritual. Padre Michael é natural de Campina das Missões, no Rio Grande do Sul, e demonstrou vocação religiosa desde a infância. Sua trajetória em Mato Grosso do Sul começou no município de Pedro Gomes, onde residia antes de ingressar no Seminário Cristo Sacerdote, em Coxim, cidade que acolheu seu chamado vocacional e foi berço de sua formação pastoral. Em 2009, ele foi ordenado diácono por dom Antonino Migliori, e no mesmo ano, presbítero, na Catedral São José. Poucos meses depois, assumiu a missão de administrador paroquial, passando a conduzir, com zelo e espírito missionário, os trabalhos pastorais da igreja local. Ao longo de sua caminhada, padre Michael obteve

sólida formação acadêmica e teológica, tendo atuado, ainda, no exterior, com destaque especial durante o Sínodo para a Amazônia, no Vaticano, onde serviu diretamente ao papa Francisco. Viveu por um período na Casa Santa Marta, aprofundando sua experiência eclesial ao lado do santo padre, o que torna ainda mais significativa a nomeação recebida nos últimos dias de seu pontificado. Esta Casa Legislativa congratula-se com Monsenhor Michael por sua elevação ao grau de Capelão de Sua Santidade, rogando que seu ministério continue a florescer com sabedoria, humildade e serviço à igreja e à humanidade. Que sua história, nascida em solo gaúcho e moldada com vínculos profundos em Coxim e no norte sul-mato-grossense siga inspirando vocações e testemunhos de fé." É só, presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu concordo, deputado Junior Mochi, em transformarmos a moção em nome da Casa. Vamos colocar em votação... Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, antes de apresentar as minhas indicações, eu gostaria de passar às mãos de Vossa Excelência um documento da Fetems que recebi hoje de manhã no encontro de aposentados ocorrido na ACP - Sindicato dos Professores de Campo Grande. A Fetems pede o apoio desta Casa no que tange à luta dos aposentados contra o desconto em seus vencimentos. Nós sabemos que existe uma ação tramitando no Supremo Tribunal Federal, no caso a Adin/6.258, bem como outras ações diretas de inconstitucionalidade que estão para ser votadas pelos ministros, contestando esse desconto nas aposentadorias dos servidores públicos. Aqui em Mato Grosso do Sul, o desconto é de 14%. Os aposentados pedem também o apoio desta Casa para uma negociação com o Governo do Estado, no sentido de rever esse desconto. Nós temos aqui na Casa uma proposta concreta para apresentarmos ao Governo. Essa trata da isenção desta cobrança para os aposentados que recebem até o teto contribuição para a Previdência Social e da cobrança escalonada para os que ganham acima do teto. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Marcelo Miglioli, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, solicitando a recuperação asfáltica das ruas Ovídio Serra e Professor Heráclito José Diniz de Figueiredo, no bairro Seminário. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário Marcelo Miglioli, solicitando a substituição de lâmpadas dos postes de iluminação pública da rua Ovídio Serra. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao professor mestre Adenilson dos Santos Assunção e ao professor doutor Rodrigo Simão Camacho, em razão do lançamento do livro 'O Debate Paradigmático e a Questão Agrária de Mato Grosso do Sul - da formação latifundiária à luta pela terra e à recriação camponesa nos territórios da reforma agrária'. O lançamento do livro ocorrerá no dia 3 de maio, em Campo Grande. Por último, quero apresentar um projeto. Projeto de lei que declara de utilidade pública estadual a Associação dos Produtores Rurais Tucura, com sede no município de Campo Grande. Era o que eu tinha, presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Bom dia a todos. Eu venho apresentar duas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e o diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja, solicitando a realização (com urgência) de obras de recuperação da ponte de madeira sobre o rio Vacarias, localizada na região do assentamento Barra Nova, no município de Sidrolândia. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao presidente da Agraer, senhor Willian Viliman Souza, e ao secretário executivo da Agricultura Familiar, senhor Humberto Pereira, solicitando a viabilização de sementes diversas e adubo para os agricultores familiares do assentamento Barra Nova, localizado no município de Sidrolândia. Ambos os pedidos foram encaminhados ao nosso gabinete pela vereadora Edilene Tavares, do PT. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do estado, com cópias ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, solicitando o recapeamento da rodovia MS-141, rodovia Paulo Rodrigues Santos, especialmente no trecho até ao trevo Novo Horizonte do Sul, no município de Novo Horizonte do Sul. Esta proposta foi encaminhada ao nosso gabinete pelo senhor Ed Carlos Oliveira. O recapeamento preventivo contribuirá significativamente para a conservação da estrada, além de garantir melhores condições de trafegabilidade e de fortalecer a infraestrutura regional. A referida rodovia é de grande importância para o município e para a região, sendo bastante utilizada para o deslocamento diário da população para o escoamento da produção local. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do estado, com cópia ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estrada de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Euro Nunes Varanis Junior, superintendente regional do Dnit em Mato Grosso do Sul, solicitando a construção de uma passarela para travessia de pedestres no anexo da rodovia BR-262, Anel Viário, próximo à Escola Municipal Almirante Tamandaré, no bairro da Guatos, em Corumbá. Esta proposta foi encaminhada ao nosso gabinete pela vereadora Naná Cordeiro, do Republicanos. A referida BR possui intenso fluxo de veículos, o que representa um sério risco à segurança de alunos, pais, professores e demais pedestres que precisam atravessar a rodovia diariamente. Já foram registrados diversos acidentes na área,

sobretudo nos horários de entrada e saída dos estudantes. Diante disso, solicitamos que as devidas providências sejam tomadas. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, senhores deputados, senhoras e senhores, bom dia. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Perez Ramos, com cópia à senhora prefeita de Caarapó, Maria de Lourdes Portugal, solicitando a celebração de um convênio, visando à execução da Operação Tapa-Buraco em todas as vias urbanas do município de Caarapó. Por conta das fortes chuvas, o asfalto antigo ficou cheio de crateras, ocasionando transtornos à população. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Ramos, solicitando a celebração de convênio com o município de Ivinhema, visando à recuperação das estradas vicinais da região. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Perez, com cópia ao secretário de Estado de Fazenda, senhor Flávio César Mendes de Oliveira, solicitando — em caráter reiterativo — a reforma do prédio onde funciona a Agenfa Fazendária de Rio Brilhante. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Rodrigo Peres, solicitando a execução de obras de recapeamento nas rodovias MS-267 e MS-270, no trecho de acesso do distrito de Itaum ao município de Dourados. Era isso, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente e nobres colegas. Eu trago aqui algumas indicações que foram elaboradas na audiência pública que eu e deputado Pedro Kemp realizamos. Nós estamos solicitando que a bancada federal agilize junto ao Congresso Nacional o Plano Nacional de Educação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à UFGD, solicitando a abertura de um curso de nível superior visando atender os servidores administrativos. Esta também é uma demanda do Movimento da Educação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Corrêa Riedel, e ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, solicitando a implantação de câmeras e botões de pânico nos pontos de ônibus e ao redor das universidades de Dourados. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Corrêa Riedel, ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, e ao comandante da Polícia Militar, senhor Renato dos Anjos Garnes, solicitando a implantação de rondas em lugares de grande concentração de estudantes universitários em Dourados, especialmente

entre 17 e 23 horas, a exemplo do que é feito por meio do Programa Escola Segura, Família Forte, Ronda Escolar. Inúmeros relatos de assédio, importunação sexual e outros episódios graves de insegurança têm sido registrados em Dourados, nos arredores da Fadir, faculdade de Direito da UFGD, da Unigran e da Uniderp. As três universidades concentram muitas mulheres estudantes, e aquela região tem um histórico de assédio e de importunação sexual. Por conta disso, as estudantes estão pedindo socorro ao Estado, estão solicitando que ronda seja feita na região, sobretudo nos horários de pico, para que elas se sintam mais seguras. Era o que eu tinha. Obrigada.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, como eu sou um excelente fazendeiro, nasci na roça, quero fazer uma observação. Olha, toda vez que alguém vem aqui agredir essa categoria, eu fico preocupado, porque se trata de um povo que produz tanto, que produz leite, arroz e tudo que vai parar na mesa da população. Agora, as estradas não foram desobstruídas para atender fazendeiros, elas foram desobstruídas para atender a Constituição Federal, o direito de ir e vir do aluno, do doente, do pobre, do rico, do médico, de todos. Só isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares e todos que nos acompanham. Peço permissão para falar aqui da mesa. Eu trago duas moções de pesar. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares de Anderson Rebelo Batista, por seu prematuro falecimento, ocorrido no dia 25 de abril do corrente ano, na cidade de Iguatemi. Se aprovada, a moção deverá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por proposição da deputada Mara Caseiro, manifesta seu mais profundo pesar pelo falecimento do senhor Anderson Rebelo Batista, ocorrido no dia 25 de abril, na cidade de Iguatemi. Anderson nasceu em 10 de abril de 1987, em Iguatemi, e era filho de Zilda de Fátima Rebelo. Ele deixa enlutados a esposa, Maria Ramona, e a filha, Maria Heloísa, além de irmãos, familiares, amigos e colegas de trabalho. Deixa, ainda, seu irmão por parte de mãe, o William, e os irmãos por parte de pai Cleonice, Neusa, Cleusa, Ecir Walter Manuel, além dos já falecidos, Fátima e João. Anderson era um profissional dedicado, atuava como técnico em segurança do trabalho, teve passagens marcantes pelo Banco Bradesco e pelo frigorífico Iguatemi. Era também um cidadão ativo em sua comunidade e membro participante do grupo de pedal. Ele deixa sua marca pelo convívio fraterno e pelo espírito solidário. Quero me solidarizar com os familiares e amigos e pedir a Deus que o receba com o amor e o carinho que ele merece. Também quero encaminhar uma moção de pesar aos familiares do senhor Horácio Paulo de Oliveira,

carinhosamente conhecido como Chico City, por falecimento, ocorrido na madrugada do dia 25 de abril, na cidade de Cascavel, onde estava em tratamento de saúde. Se aprovada, a moção deverá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por proposição da deputada Mara Caseiro, manifesta seu profundo pesar pelo falecimento do senhor Horácio Paulo de Oliveira, carinhosamente conhecido como Chico City, na madrugada do dia 25 de abril do corrente ano, na cidade de Cascavel, Paraná, onde se encontrava em tratamento de saúde. Chico City dedicou grande parte de sua vida ao serviço público de Mundo Novo, notabilizando-se por sua atuação ética, comprometida e muito próxima da comunidade. Ele exerceu com dignidade o mandato de vereador, naquele município, entre os anos de 2005 e 2008, período em que marcou sua trajetória com ações voltadas ao bem-estar coletivo e ao fortalecimento das instituições democráticas locais. Mais recentemente, ele ocupava o cargo de chefe de gabinete da presidência da Câmara de Mundo Novo, onde contribuía de maneira ativa e respeitosa com o cotidiano político administrativo daquela Casa de Leis. Sua presença era sinônimo de responsabilidade, lealdade e amizade sincera." Agora, senhor presidente, vou apresentar algumas proposições. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja, solicitando a construção de pontes de concreto sobre o córrego Fundo e sobre o rio Santana, nas proximidades do distrito de Alto Tamandaré, na MS-310, no município de Paranaíba, em substituição às pontes de madeira existentes no local. A presente indicação atende ao pedido formulado pelo senhor José Solto Silva, secretário municipal de Agricultura e Pecuária de Paranaíba. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Daher, solicitando que, na realização do próximo concurso público para professores da Rede Estadual de Ensino, sejam previstas no edital e aplicadas aos candidatos provas específicas para cada uma das linguagens da área de artes, de modo que os licenciados prestem provas condizentes com sua formação. Era o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente e colegas parlamentares, bom dia. Quero cumprimentar o deputado Zeca do PT, que, em dezembro de 2006, legitimou a ação realizada pela gloriosa Polícia Militar, de ontem e do futuro; porque foi ele que, na condição de governador, promulgou a Lei nº 6.875/2006, que diz o seguinte: "Artigo 2º, parágrafo 2º - As faixas de domínio de terra de domínio de terra de que trata a presente lei são insuscetíveis de licença autorização, permissão, concessão onerosa ou gratuita, ou ocupação ou qualquer ato de tolerância para utilização, como acampamentos ou moradia permanente ou eventual de pessoas." Em 2006, o deputado Zeca era governador e sancionou esta lei, sem nenhum tipo de veto. Eu não sei se ele estava pensando em suas propriedades, em seu pesqueiro, ou se estava pensando nas

propriedades dos seus amigos. Ele comentou aqui quando houve invasão. Mas a ação da nossa gloriosa Polícia Militar foi feita com embasamento legal. Então, faço um requerimento aqui, presente, com base na lei do ex-governador Zeca do PT e na Lei Federal nº 8.629, artigo 2º, que, no seu parágrafo 7º, reza o seguinte: "Será excluído do programa de reforma agrária do Governo Federal quem já estando beneficiado com lote em projeto de assentamento, ou sendo pretendente desse benefício na condição de inscrita em processo de cadastramento e seleção de candidatos for efetivamente identificado como participante direto ou indireto em conflito fundiário." Então, eu faço um requerimento para que a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Estadual identifiquem e cadastrem essas pessoas, esses criminosos, esses bandidos que estão em faixa de domínio e dentro de propriedade. Porque eles vão ser excluídos e a propriedade, caso esteja em processo de desapropriação, fica com o processo suspenso. Então, vamos fazer uma força-tarefa aqui na Assembleia. Eu quero saber quem são essas pessoas, quero um relatório. Nós vamos colaborar com as autoridades, com o Executivo. Vamos excluir esses baderneiros, esses criminosos, de qualquer tipo de benefício que se dê em razão de conflitos fundiários. Que a polícia promova o cadastramento, a identificação das pessoas e das propriedades adjacentes. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Josias de Carvalho, vereador no município de Naviraí; e do senhor Valmir José Dedé, de Inocência, presidente da Câmara Municipal; do meu xará, Gerson, vereador do município de Bandeirantes; e do senhor Wandellor Carvalho Oliveira, presidente da Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal José Anchieta, de Bandeirantes. Obrigado a todos pela presença. Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eu quero transferir meu tempo ao deputado Zé Teixeira, que quer usar a tribuna. Antes, rapidamente, quero dizer a Vossa Excelência que, no meu pronunciamento de ontem, não fiz, absolutamente, nenhum tipo de agressão à Polícia Militar. Quero lembrar que, em 1999, quando assumi o governo do estado, a Polícia Militar e a Segurança Pública, de modo geral, viviam seu pior momento, na história de Mato Grosso do Sul. E nós, durante oito anos, recuperamos a credibilidade da polícia, investindo em salário, promoção, fardamento, armamento e tecnologia. Em oito anos, conseguimos transformar a Segurança Pública do nosso estado, fazendo dela uma das melhores do Brasil. Portanto, a utilização maldosa, canalha, feita do meu pronunciamento de ontem, para tentar me desgastar perante a Segurança Pública, não procede. Eu tenho o maior apreço pela Segurança Pública do meu estado. Eu tratei aqui como droga, e continuo tratando, a intervenção desastrosa, agressiva, patética, que sob o comando do Governo do Estado, feita sobre trabalhadores, famílias, mulheres e crianças, lá em Dourados. Quero dizer a Vossa Excelência que, maldosamente, de forma canalha, o deputado João Henrique usa

uma lei, que ele sabe que não foi de minha autoria. O Governo do Estado encaminhou aquele projeto à Assembleia (o deputado Londres Machado era meu líder), propondo que se regulamentasse a utilização da faixa de domínio nas estradas estaduais. E o então deputado Arroyo apresentou um artigo que passou batido na Consultoria Jurídica, e foi sancionado. Eu sou absolutamente favorável à luta, à resistência. Não coaduno com o fechamento de estrada, assim como não coaduno com atitudes agressivas que expulsam pessoas de um movimento legítimo. Apenas isso. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Antes eu quero fazer uma recomendação ao senhor, deputado Zeca do PT, sobre o seu vocabulário: a palavra 'canalha' não é bem-vinda neste Plenário... [Ponderações no Plenário]. Mas cabe uma reprimenda da Mesa. O caso pode ser encaminhado à Corregedoria. Aqui nós vamos manter o padrão do debate, deputado...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — O senhor fez a intervenção que eu faria presidente... Retirar dos anais desta Casa palavras de baixo calão. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — sem revisão do orador — Senhor presidente, ontem Vossa Excelência esteve em Brasília, em uma reunião, e não assistiu ao que aconteceu aqui na Casa, e parece que a situação continua hoje. Eu tenho muito respeito pelo deputado Zeca do PT, trabalhei com ele no Governo por oito anos. Nós tivemos um bom convívio. Mas acho que palavras de baixo calão não devem ser utilizadas nesta Casa. Não ficou bem, no meu ponto de vista, o que aconteceu aqui ontem. Como aqui é uma casa do povo, existe o debate. Por exemplo, eu não concordo com a colocação da deputada que usou o microfone para dizer que foi feita uma proteção a fazendeiros. Parece que a palavra 'fazendeiro' soa mal no ouvido das pessoas de esquerda. Pode mudar para produtor rural, porque o que faz o homem e a mulher do campo, independentemente de qualquer coisa, é produzir, produzir alimento, produzir riqueza, produzir trabalho. A meu ver, usa a palavra 'fazendeiro' de modo pejorativo, é incorreto. Mas o debate é salutar. Eu debati durante 20 anos com o deputado Pedro Kemp sobre questões indígenas. Até porque há fazendas invadidas há 30 anos, e os produtores rurais estão lá dentro, trabalhando junto com os invasores. Na gestão do ex-presidente da República não houve esse tipo de invasão. Isso fica ruim até para o atual presidente da República. Temos aí o Abril Vermelho. Ontem eu estava vendo a notícia desastrosa de que estão querendo mudar a cor da camisa da seleção brasileira, que é verde e amarela, para vermelha. Quer dizer, agora, além de ficar discutindo direita radical e esquerda radical, estão discutindo cor de camisa até de uma seleção que, no meu ponto de vista, não joga nada. A seleção acabou desde que apanhou de 7 a 1 da Itália. Mas para que mudar a cor da camisa, ficar com essa teimosia? Há certas coisas que ficam muito ruins aqui no Plenário. Bom, mas eu vim aqui para tratar de outro assunto...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Com o maior prazer.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Só para fazer um esclarecimento. O senhor é um homem inteligente, que faz relevantes pronunciamentos nesta Casa. Vossa Excelência sabe que essa história de mudar a cor da camiseta da seleção de verde e amarela para vermelha é fake news. O povo lança uma mentira a todo momento para agitar o mundo político e a população de modo geral. Quem quer saber de cor de camisa? Eu até acho que a camisa da seleção ficou bonita. Agora, esse não é o debate. Até porque a seleção, como Vossa Excelência disse, não está jogando coisa nenhuma.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Eu agradeço e fico feliz de saber que é fake news. Eu fiz apenas uma comparação. Mas me disseram, deputado, que não tem nada a ver com o partido de Vossa Excelência, disseram que o negócio é a CBF e (termo ininteligível) o STJ. Mas eu vim falar de outro assunto. Quero agradecer a visita do secretário municipal de Saúde de Dourados. Nós conversamos com o secretário adjunto da Casa Civil, Walter Carneiro, que é filho de Dourados. Lá foi debatida a questão da saúde. E, pasmem, senhores! Eu fiquei horrorizado com os números apresentados. Uma empresa administra a saúde de Três Lagoas e região. E lá numa parte de Ponta Porã há outro hospital; uma OS administra a saúde da região de Ponta Porã. E nós debatemos com o Hospital da Vida, em Dourados, que é administrado pelo poder público, e agrega a UPA, que foi criada para fazer a triagem das pessoas, que tem todo o equipamento para fazer os exames, para arrumar a vaga direto no hospital, sabendo qual é a causa e por que a pessoa tem que ser internada. Agora, o contrato do município de Três Lagoas com a OS é de 8.442.779,86 reais. E o contrato de Ponta Porã com a OS é de 7.779.149,00 reais. Agora, vejam o absurdo. Lá em Dourados, recebe 8.518.000,00 reais. Agora, qual é a cobertura total dos hospitais de Três Lagoas e Ponta Porã juntos? É 678.772 pessoas. Qual é a quantidade de pessoas atendidas no Hospital da Vida e na UPA de Dourados? É 867.915 pessoas. Agora, veja a questão per capita. O município de Três Lagoas recebe pelo procedimento SUS: 24,50 reais por pessoa. O município de Ponta Porã recebe 23,60 reais por pessoa. O município de Dourados recebe 9,81 reais por pessoa. Isso aqui, senhoras e senhores deputados, não consegue atender à demanda do município de Dourados; e está prestes a ser aberto o Hospital Regional de Dourados, ele já está sendo equipado; e já foi licitada uma OS, que irá receber cerca de 13 milhões de reais. Quer dizer, a região da Grande Dourados está sendo, no meu ponto de vista, discriminada pelas autoridades que compõem o triparte: Estado, União e Município. Os hospitais terceirizados não podem receber, per capita, 24,23 reais, e Dourados e a Grande Dourados, 9,81 reais. Não se consegue, assim, fazer uma saúde de qualidade. Agora, imaginem o que não acontece na Santa Casa de Campo Grande, que recebe uma demanda extraordinária de todos os cantos deste estado, porque aqui são atendidos alta complexidade e vários outros casos. Bom, eu quero agradecer ao secretário Maurício Simões, que foi lá pessoalmente. Agradecer ao governador Eduardo Riedel, que pediu para o secretário de Saúde visitar o município, conversar com os vereadores e com o prefeito e colher esses números que nós estamos apresentando aqui. Com certeza, o governador Riedel vai ser sensível ao ver esses números, esses dados, e vai repassar um recurso maior para o município de Dourados,

para que possamos atender o município e a região a contento. Os pacientes, muitas vezes, esperam um ano ou mais na fila, por uma cirurgia eletiva. Não pode ficar assim. Então, eu quero pedir ao governador Eduardo Riedel, ao secretário, ao Ministério da Saúde e à bancada federal que olhem para Dourados com sensibilidade. Vossa Excelência, deputado Caravina, disse que, quando administrou o município de Bataguassu, que hoje é administrado pela sua senhora, dava prioridade à saúde. Quero parabenizá-lo por isso. A meu ver, todo gestor deve pensar assim. A pessoa só sente a dor quando ela mesma tem um problema de saúde. Saúde não espera. Se você deixar passar da hora, dependendo do mal, em especial o câncer, a situação pode ficar irreversível. Aí já tem que ir atrás da funerária em busca do caixão. O Hospital de Barretos é exemplo nacional e mundial no combate ao câncer, e tem investido neste país, tem recebido apoio de vários empresários, de vários atores famosos, de cantores sertanejos, para atender à demanda, fora os leilões realizados pelos fazendeiros, certo? Os produtores rurais, as produtoras rurais, independentemente do tamanho, estão sempre participando dos leilões e fazendo doações ao Hospital do Amor. Eu concedo um aparte ao deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Deputado Zé Teixeira, parabéns pelo posicionamento. Saúde é um assunto que mexe com todos nós. Nós sabemos que os municípios são obrigados a investir 15% do seu orçamento em saúde pública; mas a realidade é bem diferente. Eu falei com o senhor in off sobre investimento na saúde. No período em que fui prefeito, eu nunca investi menos do que 27%, 28%, 30%. Aliás, nós chegamos a investir 32% do orçamento em saúde. Porque a demanda é diária e grande. Este assunto é tratado com bastante frequência, e parece que ainda não avançamos muito. Nós temos que falar sobre a judicialização da saúde, deputado Zé Teixeira. Hoje, vemos o avanço das tecnologias, dos remédios experimentais, portanto é possível avançar. Saúde é um direito das pessoas e um dever do Estado. A quantidade de experimentos e de remédios vem crescendo muito, e os valores são exorbitantes. Eu estou dizendo isso, porque ontem mesmo eu acompanhei a seguinte situação. Foi feita uma demanda judicial, e as liminares são concedidas pela Justiça contra o Estado, contra o Município, os municípios acabam atendendo tudo, muitas vezes o Estado recorre... Isso entra numa demanda de longo período. Mas o cidadão precisa do atendimento, e o município é o contato direto das pessoas. Muitos vão à prefeitura dizendo que estão com uma demanda judicial e que precisam ser atendidos. Nessas horas, o prefeito que gosta da sua comunidade acaba atendendo. Agora, isso acaba impactando o orçamento dos municípios. Então, a meu ver, nós precisamos avançar mais nessa situação, precisamos avançar em novas fontes de recursos para a saúde. Eu já disse isso em outras oportunidades. Já foram feitos vários esforços envolvendo o Tribunal de Justiça com relação aos comitês de judicialização, mas isso não tem resolvido ainda o problema. O senhor falou sobre Dourados, mas a situação dos outros municípios não é diferente. Eu concordo com o senhor. De fato, precisamos nos unir em prol da saúde. Quero me colocar à disposição para ajudar neste debate. Saúde não espera. Precisamos achar uma solução.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Agradeço e incorporo o aparte de Vossa Excelência ao meu pronunciamento. Vossa Excelência disse que nós precisamos buscar um novo recurso. Nós já buscamos. O saudoso e excelente médico, um dos bons ministros da Saúde Adib Datene, criou o CPMF, que é um fundo específico, semelhante ao Fundersul aqui do estado. O Fundersul atendia especificamente demandas como a construção de pontes e estradas, compra de materiais, máquinas, combustível, entre outros. Mas desviaram a finalidade da CPMF. Eu, que fui sete vezes deputado pelo PFL, digo: o partido PFL votou e extinguiu o CPMF; porque fizeram a farra da CPMF e desviaram sua finalidade. Se houvesse um recurso exclusivo para a saúde durante todo esse tempo, nós teríamos uma saúde de primeiro mundo. Nós já temos o direito, por lei, à saúde. O SUS é um direito de todos, independentemente de qualquer coisa. Meu saudoso amigo e excelente senador e prefeito de Campo Grande Lúdio Coelho operou do coração pelo SUS, e ele era um homem poderoso, com muito recurso. Isso mostra que, no Brasil, saúde é um direito de todos. É um direito, mas nós não temos acesso, porque pela tabela do SUS o médico recebe muito pouco. O médico não tem como trabalhar pelo SUS, tanto é que há hospitais com nove, dez, dezesseis tabelas. Em Dourados o médico recebe 6,80 reais por procedimento. É preciso reavaliar isso. Pois não, deputada.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Deputado, quero parabenizá-lo por abordar este tema. Acho importante debatermos aqui sobre saúde, em especial sobre a de Dourados. Nós estamos aqui numa força-tarefa, discutindo com o ministro da Saúde para garantirmos que um dos recursos que foi destinado para a construção de uma maternidade seja agora destinado para a ampliação do hospital municipal, que é o Hospital da Vida em Dourados. Estamos conversando com o ministro, com a nossa Bancada do PT, com o deputado Vander Loubet, com a deputada Camila Jara e com os vereadores também. A gente acha que é possível conseguir isso. A ampliação da estrutura da saúde municipal é uma demanda de Dourados. Nós acompanhamos isso já há alguns anos, e parece que a situação só piora. Mas eu quero colaborar com este debate e dizer que na saúde algumas situações precisam de gestão e outras precisam sofrer um processo de investigação. Eu tenho acompanhado uma situação que vem da demanda das mães atípicas. A criança com deficiência ou que tem alguma doença rara ou que necessita de alguma medicação de alto custo precisa primeiramente entrar na justiça. E o Estado tem uma despesa enorme com o Poder Judiciário, com a Defensoria Pública, com a própria estrutura do Ministério Público, do Poder Judiciário, para poder garantir o direito da mãe ou da criança que depende da medicação. O trâmite do processo demora em média dois anos. Mas, para algumas pessoas, dois anos é muito tempo. Aí, por conta da demora, o problema vai se agravando. Eu estou acompanhando a situação de uma jovem do interior do estado que precisa da medicação imediatamente; mas, como o Estado não deu a medicação, a situação dela foi se agravando. Então, ela veio a Campo Grande para fazer um transplante de fígado. Olha, ela poderia ter resolvido a situação anteriormente, sem precisar passar por isso. Então, ela demanda o Poder Judiciário e o SUS por conta dos gastos que tem com saúde, mas o Estado poderia ter dado a medicação a ela no primeiro momento. Essa política existe em outros estados. Em São Paulo e no Paraná não existe essa situação, a pessoa que precisa da medicação a recebe imediatamente. Acho que a gente precisa encontrar recursos para

garantir a saúde. Acho que a gente precisa desmontar algumas estruturas, para garantir que o recurso, por exemplo, do Poder Judiciário, que hoje está sendo demandado para isso, seja investido na saúde. Há alguns estudos que mostram que o custo de processos judiciais é muito maior do que o custo de medicamentos. Então, acho que a gente precisa pensar em gestões inteligentes para a saúde. Muito obrigada.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Parabéns pelo aparte. Tudo que vem para somar em benefício da população é bem-vindo. Vossa Excelência disse uma coisa correta. Se conseguir, atrás do Hospital da Vida, há um terreno municipal onde daria para construir um prédio extraordinário. É preciso pensar na questão da qualidade. Construíram o Hospital Regional em Dourados, e, no meu ponto de vista, ficou mal feito. Ele foi construído na horizontal, mas ficaria melhor se tivesse sido na vertical. Se conseguirmos destinar um dinheiro da Santa Casa, podemos construir ao lado do Hospital da Vida uma ótima unidade de saúde ou até reformar o prédio atual, porque aquele é uma vergonha. O Hospital da Vida está mais para o Hospital da Morte. Bom, eu vou concluir, porque vou passar o restante do meu tempo para o meu colega Hashioka. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Por cedência de tempo, com a palavra, o deputado Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, caros deputados, deputadas, senhoras e senhores e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. Eu subo à tribuna com o coração cheio de orgulho e gratidão para homenagear a cidade de Nova Andradina, que me acolheu, que me deu oportunidades e que foi palco de toda a minha trajetória pública e pessoal. Nova Andradina, nesta quarta-feira, celebra seus 66 anos de instalação político-administrativa. Minha história se confunde com a daquela cidade. Lá construí minha família, vi nascer os meus filhos, fiz amigos para a vida toda e vivi alguns dos momentos mais marcantes da minha trajetória. Tive a honra de chefiar a Regional do Dersul por muitos anos. Fui prefeito por três mandatos. E, hoje, como deputado estadual, sigo firme no compromisso de lutar pelo desenvolvimento do município. A Dione, odontóloga por formação, manteve suas raízes igualmente fincadas naquele solo, tendo a honra de também representá-lo como deputada estadual por dois mandatos. Nova Andradina é símbolo de progresso, com localização estratégica, consolidou-se como centro logístico polo serviço e referência regional em várias áreas. É a capital do Vale do Ivinhema, um território pulsante, de produção e trabalho; sua economia sólida é baseada em matrizes que se completam; é referência na pecuária de corte e leiteira, na agricultura de larga escala, no pujante setor sucroalcooleiro, com usinas que geram empregos em movimento campo, e também na silvicultura, que cresce com responsabilidade ambiental e visão de futuro. Destaco ainda a produção de couro de alta qualidade, que agrega valor à pecuária e fortalece nosso setor industrial. O comércio local e o setor de serviços se mantêm em ritmo de crescimento, ampliando as oportunidades e fortalecendo a renda da população. Nada disso seria possível sem o espírito corajoso e visionário dos pioneiros, que acreditaram nesta terra, quando ela ainda era um sonho por se construir. Foram eles que abriram caminhos, lançando as bases de tudo o que hoje

temos. Nova Andradina exerce também protagonismo no cenário educacional; é um centro de excelência do desenvolvimento do conhecimento, com três universidades públicas que formam profissionais, promovem pesquisa e mudam destinos. Esta é uma das maiores riquezas que o município pode oferecer, acesso à educação de qualidade, capaz de transformar gerações. Na saúde, na educação, na infraestrutura e na qualidade de vida, os avanços refletem o trabalho de muitas mãos, gerações comprometidas com o bem comum. Mais do que indicadores e conquistas, Nova Andradina é, para mim, sinônimo de pertencimento. Tudo o que conquistei começou naquele município, e tudo que ainda sonho em construir tem aquela cidade como referência. Parabéns, Nova Andradina, pelos seus 66 anos de instalação. Que o futuro continue sendo escrito com coragem, união e esperança. E que o amor por aquela terra continue inspirando aqueles que a ela dedicam sua vida. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, presidente, deputado Gerson Claro. Bom dia, todos que nos honram com sua presença neste Plenário e todos que nos assistem através da TV Assembleia. Eu vou apresentar quatro moções de pesar. E é com tristeza que eu as faço. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares do senhor Pedro Alves Fernandes, pelo seu falecimento, ocorrido no último dia 26, no município de Iguatemi. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares da senhora Maria Ilda Fernandes, pelo falecimento, ocorrido aqui em Campo Grande, mas ela é do município de Iguatemi. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares do senhor Estevão de Barros Bacchi, pelo seu falecimento, ocorrido no último dia 25. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares do senhor Luiz Guilherme Galvão Bacchi, em razão do seu falecimento, ocorrido no último dia 27, nesta Capital. Essas duas últimas eu apresento com um sentimento de tristeza muito forte, porque se trata do pai e do irmão da Vera Bacchi, secretária adjunta da Semadur.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Um aparte?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Primeiro faleceu o pai, e dois dias depois faleceu o filho.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Eu estive com a nossa prefeita lá no velório. São nossos amigos também. Eu também já entrei com uma moção. Nós podemos apensar as duas?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim. Vamos apensar.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Inclusive podemos votar na Ordem do Dia.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim. Quero pedir para o presidente votar na Ordem do Dia.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Já está na Ordem do Dia de hoje. Eu concluo com o pedido de Vossa Excelência. Registramos e agradecemos a presença do senhor Luís Carlos do Prado Rodrigues, o Cabecinha, vereador do município de Santa Rita do Pardo; do Cristiano João Marques, presidente da Câmara Municipal de Santa Rita do Pardo; da Leudeiane da Silva, vereadora de Santa Rita do Pardo; e do nosso amigo Ilson Portela, vereador do município de Maracaju. Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu já fui representado criminalmente pelo deputado Zeca do PT, e ganhei a representação. Agora eu venho fazer uma questão de ordem, porque farei uma degravação das falas do deputado Zeca do PT. Mesmo após advertências de Vossa Excelência, além de continuar proferindo palavras de baixo calão na frente de outros colegas parlamentares, ele ameaçou este parlamentar "a receber uma porrada [sic]". Isso é grave, senhor presidente, porque é um crime de ameaça e tem previsão legal, além da quebra de decoro. A minha equipe já está com a imagem em que consta essa fala. E quero dizer a Vossa Excelência, senhor presidente, que estou fazendo este registro, porque, em que pese depois o deputado Zeca do PT venha me abraçar ou venha dar risada e me cumprimentar, se eu reagir, vou estar agindo com uma excludente de ilicitude, que é a legítima defesa em caráter putativo. Eu vou pedir providência a Vossa Excelência e ao Conselho de Ética desta Casa. Obrigado, presidente.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Primeiro, quero dizer a Vossa Excelência que não retiro uma vírgula do que disse ao deputado João Henrique, porque acho que o comportamento dele, de fato, é de canalha, não de colega. Ele e o David, o David correu daqui. Ele e o David têm um comportamento infame, injusto, indevido, próprio dessa gente da extrema-direita, que se utiliza de mentira para tentar jogar os outros na vala comum, onde eles porcammente convivem. Portanto, não retiro. Aliás, segunda coisa, para concluir, quero dizer a Vossa Excelência já que estou tomando providências junto à Comissão de Ética com relação a ele e ao David pelo comportamento que têm tido. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — As questões de ordem serão respondidas à medida que os requisitos forem protocolizados... Encerrado o Grande Expediente. Quero registrar, com muito carinho, a presença da minha mãe aqui no Plenário,

a senhora Marlene Claro, que estava no médico. Ela veio nos fazer uma visita juntamente com a vereadora Jucinei Claro. Obrigado pela presença, mãe. Que Deus abençoe a nossa família. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, com 23 deputados presentes, há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Comunico a Vossas Excelências que nós estamos aguardando o procurador federal. Assim que ele chegar, vamos utilizar a Sala Vip para entregar a ele o relatório e os pedidos ao MPF sobre a concessão da BR-163. Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 083/2025. Autor: Poder Executivo. "Institui o Programa Selo da Agricultura Familiar no Estado de Mato Grosso do Sul." A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 083/2025, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São 20 votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em Redação Final. Projeto de Lei nº 012/2025. Autor: deputado Caravina. "Dispõe sobre a denominação oficial de 'Vale da Celulose' o conjunto de municípios impulsionados pela cadeia produtiva da celulose e dá outras providências." A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Senhor presidente, eu gostaria de me manifestar aqui enquanto os colegas votam.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — É sobre o projeto, deputada?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Não, presidente. Eu quero me manifestar sobre uma fala do deputado Zé Teixeira sobre algo que eu disse.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputada, uma questão de ordem, tudo bem. Agora, fazer uma manifestação aleatória no intervalo de votação não tem sentido.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — É uma questão de ordem no sentido que eu preciso corrigir uma palavra...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Então, num momento oportuno, se houver questão de ordem, a senhora usa a palavra. Eu sou obrigado a começar a fazer essas reprimendas, porque senão a sessão não vai se desenvolver.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Posso falar?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só se for fazer questão de ordem.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim. Eu quero apenas fazer uma correção. O deputado Zé Teixeira me corrigiu. Eu usei aqui o termo 'fazendeiro' com relação às opções do Governo do Estado. E acho que o deputado Zé Teixeira tem razão. nem sempre as fazendas são grandes. Eu não sei se todos os fazendeiros, principalmente os pequenos, estão sendo atendidos pelo Governo do Estado. Portanto, quero corrigir a palavra, porque não é sobre os fazendeiros. Quem tem a atenção do Governo do Estado é o grande latifúndio. Então, obrigada, deputado, pela correção, pela indicação. Acho importante fazer esse registro. Não podemos misturar as coisas. O pequeno produtor, o pequeno fazendeiro merece o nosso respeito também. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 083/2025 de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São 21 votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 035/2024. Autor: deputado Jamilson Name. "Dispõe sobre a divulgação de medicamentos e/ou correlatos distribuídos pelo Programa Farmácia Popular do Brasil à população, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto, à Emenda Substitutiva Integral 01, à Emenda Substitutiva Integral 02 e à Emenda Aditiva 03, tendo como relator o deputado Neno Razuk. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 035/2024, de autoria do deputado Jamilson Name.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada votação. Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 031/2025. Autor: deputado Zeca do PT. "Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul a Feira Literária de Bonito - FLIB, realizada, anualmente, no município de Bonito." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Modificativa nº 01, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, quero dizer a esta Casa que este projeto tem o objetivo de dar visibilidade, mais do que já existe tem, para uma Feira Literária, que hoje repercute não só em Mato Grosso do Sul, mas também no Brasil. A Feira Literária cumpre o papel de divulgar o nosso estado e as belezas do município que a patrocina. Peço o voto dos nobres pares. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar o voto dos senhores deputados.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar seu voto, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Quero parabenizar o deputado Zeca do PT pela apresentação deste importante projeto de lei. Além de colocar Bonito e a feira em evidência, o projeto coloca também a leitura em evidência. O projeto em pauta é importante para a educação, para estimular a leitura, em vários espaços. A juventude, hoje, está proibida de usar o celular nas escolas. Então, é importante retomar a leitura. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação. Quero registrar e agradecer a presença do Ministério Público Federal, a presença do senhor Pedro Paulo Gonçalves, procurador da República, que vamos receber daqui a alguns minutos; senhor Cláudio Cavalcque, presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas Logísticas de Mato Grosso do Sul; e do senhor Roberto Oshiro, que representa aqui o primeiro-secretário da Associação Comercial de Campo Grande. Antes dos requerimentos, vamos fazer o protocolo. Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 031/2025, de autoria do deputado Zeca do PT.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Convido os senhores deputados, a Associação Comercial e a Setlog para irmos à Sala Vip. Vamos proceder à entrega do relatório sobre o trabalho da comissão referente à concessão da BR-163. Está suspensa a presente Sessão por 5 minutos.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Os requerimentos nós votaremos depois. A Sessão está suspensa, deputado. Assim que retornarmos, o senhor poderá usar a palavra...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Apenas para dizer a Vossa Excelência que semana que vem vou protocolar na Comissão de Ética o pedido referente aos dois deputados.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — OK. Está suspensa a presente Sessão (11m15min)... Está reaberta a presente Sessão (11h35min). Item 5. Em discussão única...

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcio Fernandes.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Eu gostaria de pedir vista de algumas proposições. Requerimento nº 1.357, Moção de Aplauso nº 1.336 e Moção de Repúdio nº 1.362.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com pedido de vista, um requerimento e duas moções. Com a palavra, pela ordem, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Eu ia declarar meu voto contra as moções, mas o deputado já pediu vista. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Então, vamos à votação. Item 5. Sete requerimentos, quarenta e sete indicações e uma moção de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação... Não havendo oposição, dou-os por aprovados. Item 6. Moções de Pesar. Proposta pelo deputado Coronel David, em razão do falecimento do senhor Wilson Rodolfo Ferreira. Proposta pelo deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do senhor Elissandro Pereira dos Santos. Proposta pelo deputado Paulo Corrêa, em razão do falecimento do senhor Luiz Guilherme Galvão Bacchi. Proposta pelos deputados Paulo Corrêa e Lidio Lopes, em razão do falecimento do senhor Luiz Guilherme Galvão Bacchi. Proposta pelos deputados Paulo Corrêa e Lidio Lopes, em razão do falecimento do senhor Estevão de Barros Bacchi. Proposta pelo deputado Pedrossian Neto, em razão do falecimento da senhora Kassiana de Vasconcelos Wanderley. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Não havendo oposição, dou-as por aprovadas. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Registramos e agradecemos a presença do senhor Edson Ibrahim, vereador do município de Batayporã; e da senhora Nair Branti, nossa querida prefeita do município de Douradina. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Vossa Excelência dispõe de 10 minutos.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — sem revisão da oradora — Presidente, eu venho à tribuna para ler um projeto de lei. "Projeto de lei que institui o Observatório da

Violência Política Digital contra as Mulheres, por razões de gênero ou raça, no âmbito do Estado do Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. A Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul decreta: Capítulo 1. Disposições preliminares. Fica instituído, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, o Observatório de Violência Política Digital contra as Mulheres por Razões de Gênero ou Raça. Parágrafo único. Para os fins desta lei, considera-se violência política digital contra as mulheres por razões de gênero ou raça toda ação, conduta ou omissão praticadas em ambiente virtual que tenha por objetivo ou efeito impedir, dificultar ou restringir o exercício dos direitos políticos das mulheres parlamentares ou não, fundada em sua condição de mulher, raça, cor, etnia ou outras diversidades, incluindo, mas não se limitando, a divulgação de informações pessoais ou privadas para constranger, intimidar ou prejudicar a atuação política da mulher; assédio, ameaça, humilhação, perseguição ou exposição vexatória com o intuito de deslegitimar a atuação política da mulher; a prática de difamação, calúnia ou injúria, com base nos estereótipos de gênero, raça ou etnia; a disseminação de discursos de ódio, incitação à violência ou ameaças contra as mulheres em razão de sua atuação política; ataques discriminatórios relacionados à maternidade, estado civil, aparência física, orientação sexual, identidade de gênero ou vida privada. Dos objetivos do observatório. O Observatório da Violência Política Digital Contra as Mulheres por Razões de Gênero ou Raça tem por finalidade: criar banco de dados sobre ocorrências de violência política digital; implementar medidas de estímulo à participação política de mulheres; conscientizar a sociedade sobre a importância da pluralidade e representatividade política feminina; desenvolver campanhas educativas, ações, treinamentos e atividades de prevenção; realizar busca ativa e monitoramento constante de atos de violência; fomentar denúncias e garantir proteção e acolhimento às vítimas; produzir estudos qualitativos e quantitativos sobre o tema; promover a formulação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da política digital. Das diretrizes do observatório. O Observatório adotará as seguintes diretrizes: a promoção do diálogo e da articulação entre órgãos públicos e sociedade civil; o acesso célere às informações relativas aos casos de violência política digital; a divulgação de dados, estudos estatísticos e relatórios periódicos; o estímulo à participação social e ao fortalecimento dos instrumentos democráticos; a consideração da interseccionalidade das opressões na análise e formulação de políticas públicas. Das atribuições do observatório. São atribuições do observatório: coordenar ações entre órgãos públicos que atendam mulheres vítimas de violência política de gênero; monitorar a atuação de grupos extremistas que disseminam discursos de ódio contra as mulheres; integrar e padronizar os sistemas de registro e armazenamento das informações sobre violência política digital; constituir e manter registros eletrônicos contendo no mínimo dados do ato de violência, data, horário, local ou plataforma utilizada e descrição de fato, dados da vítima, identidade de gênero, orientação sexual, raça ou etnia, pertencimento à comunidade tradicionais, condições de pessoa com deficiência, profissão e escolaridade, dados do agressor, quando identificado, idade, identidade de gênero, raça, etnia, relação com a vítima e eventual histórico de antecedentes; informações sobre a plataforma digital, suas políticas de proteção e medidas tomadas em relação ao caso; dados relativos às ocorrências registradas perante as polícias e o Poder Judiciário, bem como informações sobre o atendimento prestado. A metodologia da coleta de tabulação de dados deverá ser padronizada. A coleta e a divulgação dos dados observarão

a legislação aplicada, especialmente a Lei de Acesso à Informação e a Lei Geral de Proteção de Dados. Da implementação e da divulgação. O Poder Executivo, com a finalidade de combater a violência política de gênero digital contra as mulheres, deverá elaborar um plano estadual do sistema integrado de informações sobre violência política digital contra as mulheres; instituir comitê gestor do sistema composto por representantes de órgãos públicos e da sociedade civil, incluindo, quando existentes, representantes de órgãos voltados à promoção dos direitos das mulheres no âmbito do Legislativo estadual. O observatório apresentará anualmente relatórios de suas atividades, contendo análise dos dados coletados e propostas de ações de enfrentamento. Parágrafo único. O relatório será debatido em audiência pública realizada na Assembleia Legislativa, ocasião em que poderão ser apresentadas críticas e sugestões para o aprimoramento das ações. A Assembleia Legislativa e os órgãos do Estado de Mato Grosso do Sul deverão colocar em locais de ampla circulação cartazes informativos sobre o observatório e seus canais de denúncia. Da semana Estadual do Combate. Fica instituída a Semana Estadual do Combate à Violência Política Digital Contra as Mulheres, a ser realizada anualmente no período de 8 a 14 de março. A semana a que se refere o caput deste artigo deverá ser incluída no Anexo do Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme disposto na Lei nº 3.945, de 4 de agosto de 2010. Os materiais da campanha alusivos à semana poderão ser veiculados em emissoras de rádio e televisão, em redes sociais e em páginas oficiais da internet, por meio de cartazes, folhetos e demais meios de comunicação popular. Das disposições finais. Fica instituída a Comissão Estadual do Enfrentamento à Violência Política Digital Contra as Mulheres, composta por representantes da sociedade civil, universidades, centros de pesquisas e organizações de defesa dos direitos das mulheres. Fica estabelecida a colaboração permanente entre o poder público e os movimentos sociais para implementação e fiscalização das políticas previstas nesta lei, com a possibilidade de apoio financeiro e logístico. As despesas decorrentes da execução desta lei ocorrerão por conta de dotações orçamentárias próprias e suplementadas, se necessário. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 180 dias, a contar da data de sua publicação. O Poder Executivo deverá firmar convênios e parcerias com entidades públicas e privadas, nacionais ou internacionais, visando à execução de ampliações das ações previstas nesta lei. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação." Presidente, fica aqui registrado o nosso projeto de lei desta semana. E já que estamos falando das mulheres, quero lembrar que, no dia 27 de abril, que comemoramos o Dia das Empregadas Domésticas, essas mulheres que têm um trabalho difícil, que acordam muitas vezes de madrugada, pegam ônibus e viajam muito para chegar aos seus locais de trabalho, mulheres que vivem com salários mínimos, de exploração de trabalho. Eu quero enaltecer a profissão dessas mulheres. O trabalho doméstico é invisibilizado por ser historicamente atribuído às mulheres. Então, é importante lembrar desta categoria fundamental na construção da sociedade no desenvolvimento social e econômico do país. Elas passaram a ser visibilizadas somente com a chamada PEC das Domésticas, que foi aprovada pela presidente Dilma, em 2015. Então, essa profissão passou a ser reconhecida, inclusive ficou estabelecido o horário de trabalho. Até então, essas mulheres trabalhavam como escravas, muitas vezes dentro de casa. Eu me lembro da fala da deputada que representa as domésticas em São Paulo, ela diz que passou a ser reconhecida e sentiu que tinha

dignidade no momento em que deixou de dormir nos quatinhos das casas e foi morar junto ao Movimento de Pessoal sem Teto. Em nome das domésticas, quero parabenizar todos os trabalhadores e trabalhadoras pelo Dia do Trabalhador e dizer que este é um dia de luta, um dia de reconhecimento, um dia importante. Porque nós trabalhadores e trabalhadoras sabemos que todo e qualquer direito que temos foi conquistado através de muita luta. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu também cumprimento, em nome da Mesa Diretora e dos demais deputados, todos os trabalhadores. Amanhã, dia 1º de maio, é o Dia do Trabalhador, dia de luta e de história dos trabalhadores. Quero informar a todos que amanhã o salário dos trabalhadores e das trabalhadoras aqui da Assembleia estará na conta. Nada mais havendo a tratar, esta presidência vai declarar encerrada a presente Sessão. Está encerrada. Obrigado a todos (11h48min).